

EXAME DE ORDEM/MG - 1ª ETAPA- 16/12/2000
PROVA OBJETIVA-MÚTIPLA ESCOLHA

DIREITO CIVIL

- 1) É nulo o ato jurídico, **exceto**:
 - a) quando praticado por pessoa absolutamente incapaz;
 - b) quando for lícito ou impossível o seu objeto;
 - c) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
 - d) por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.

- 2) Nas afirmativas abaixo marque a que for **incorreta**:
 - a) Somente após dois anos de casamento é que se pode requerer separação judicial por mútuo consentimento;
 - b) Somente após dois anos de separação de fato é que se pode requerer o divórcio direto;
 - c) Desde que haja motivação legal, o pedido de separação judicial litigiosa independe de prazo para ser requerido;
 - d) A conversão da separação judicial em divórcio somente pode ser requerida após dois anos da sentença que homologou ou decretou a separação dos cônjuges.

- 3) São direitos reais sobre coisas alheias, **exceto**:
 - a) servidão;
 - b) comodato;
 - c) hipoteca;
 - d) usufruto.

- 4) Assinale a **afirmativa falsa**:
 - a) a taxa legal de juros moratórios é de 1% ao mês, segundo o Código Civil;
 - b) no silêncio do contrato, na obrigação alternativa, a escolha cabe ao devedor;
 - c) a nulidade da obrigação principal importa a da cláusula penal;
 - d) a cessão do crédito não vale em relação ao devedor, senão quando a este notificada.

- 5) A lei do inquilinato admite que se afirme quanto à ação de despejo, **exceto**:
 - a) Os processos não tramitam durante as férias forenses e se suspendem pela superveniência delas;
 - b) É competente para conhecer e julgar tal ação o foro da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato;
 - c) A regra geral é, que os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo;
 - d) O valor da causa corresponderá a doze meses de aluguel, ou, na hipótese de despejo por rompimento de contrato de trabalho, a três salários vigentes por ocasião do ajuizamento.

- 6) Adquire-se a propriedade imóvel:
 - a) pela escritura pública de compra e venda;
 - b) pelo contrato de promessa de compra e venda;
 - c) pela acessão;
 - d) pelo constituto possessório.

PROCESSO CIVIL

7) Assinale a frase **incorreta**:

- a) No procedimento sumário não é lícito, em contestação, formular pedido em seu favor fundado nos mesmos fatos referidos na inicial;
- b) No procedimento sumário não é admissível denunciação da lide;
- c) No procedimento sumário é cabível o julgamento antecipado da lide;
- d) Não é de procedimento sumário a ação reivindicatória de imóvel de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.

8) Indique a testemunha **incapaz, impedida e suspeita**, nesta ordem:

- a) I- o demente interdito; II- o pai de alguma das partes; III- o inimigo da parte;
- b) I- o menor de 16 anos; II- o cônjuge de alguma das partes; III- o cego;
- c) I- o menor de 18 anos; II- o tio de alguma das partes; III- o surdo/mudo;
- d) I- o débil mental; II- o amigo de alguma das partes; III- o interessado no litígio.

9) Quanto ao recurso de **agravo de Instrumento é incorreto afirmar**:

- a) Será interposto no prazo de 10 dias;
- b) Depois de interposto, o juiz pode reformar sua decisão;
- c) No ato da interposição se comprova, se exigido pela lei, o preparo;
- d) O Agravante deverá indicar as peças que deseja trasladar.

10) A denunciação da lide representa:

- a) uma ação declaratória incidental;
- b) uma ação regressiva antecipada;
- c) um tipo de reconvenção;
- d) uma ação de terceiro, nos mesmos autos, contra o réu ou contra o autor.

11) São representados em juízo, **exceto**:

- a) a União, por seu procurador;
- b) o Estado, pelo Governador;
- c) o Município, por seu prefeito ou procurador;
- d) a massa falida, pelo síndico.

12) Em Mandado de Segurança impetrado contra ato do Governador de Estado de Minas Gerais foi denegada a segurança. Qual o recurso cabível?

- a) apelação;
- b) recurso especial;
- c) recurso extraordinário;
- d) recurso ordinário.

DIREITO COMERCIAL

13) É **correto** afirmar que, na letra de câmbio, transforma o sacador em obrigado indireto:

- a) o aceite;
- b) o protesto;
- c) o endosso;
- d) o aval.

14) Não se sujeitam à falência, **exceto**:

- a) as sociedades cooperativas;
- b) as empresas agrícolas;
- c) comerciante individual;
- d) as sociedades de economia mista.

15) Em relação às sociedades anônimas é **incorreto** afirmar que:

- a) terá seu capital necessariamente dividido em ações;
- b) é aberta ou fechada uma companhia, se estiverem ou não suas ações e outros valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa ou mercado de balcão;
- c) a sociedade será designada por denominação;
- d) as companhias abertas podem ter seu capital dividido em ações ordinárias de classes diversas.

16) Assinale o nome comercial **incorreto**:

- a) Silveira, Lima, Lobo & Cia.;
- b) Silveira Machado Cia. Exportadora de Tecidos;
- c) Martins, Adriano & Cia. Ltda.;
- d) Companhia de Petróleo Adriática S/A.

17) Em relação às sociedades anônimas e às sociedades por cotas de responsabilidade limitada é **correto** afirmar que:

- a) Os acionistas respondem limitada e solidariamente pelas obrigações das sociedades, mas os quotistas só respondem até o montante do capital social;
- b) Em caso de falência, os acionistas respondem pela parte ainda não integralizada do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas e os quotistas respondem solidariamente pela parte que faltar para completar o pagamento das cotas ainda não realizadas;
- c) Os gerentes das sociedades por quotas de responsabilidade limitada devem ser sócios e os diretores da companhia necessariamente acionistas;
- d) A administração das sociedades anônimas pode se dividir entre o conselho de administração e diretoria, órgãos que não se podem fazer presentes em uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

18) São requisitos legais exigidos para a renovação de locação de imóvel destinado ao comércio, **exceto**:

- a) o contrato a ser renovado tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado;
- b) o locatário esteja com a escrituração contábil em dia e não tenha sido autuado por quaisquer das Fazendas Públicas;
- c) o locatário esteja explorando o mesmo ramo de comércio pelo prazo mínimo e ininterrupto de 03 (três) anos;
- d) exista contrato escrito com prazo mínimo de 05 (cinco) anos ou existam vários contratos com prazos menores, desde que sua somatória tenha, no mínimo, o mesmo prazo de 05 (cinco) anos.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

19) Agente que, mediante grave ameaça dirigida à vítima, faz com que esta, constrangida, lhe entregue o cartão magnético bancário, bem como lhe revele o código secreto do mesmo, para fins de saque, terá praticado:

- a) Furto;
- b) Roubo;
- c) Constrangimento ilegal;
- d) Extorsão

20) No que respeita aos crimes contra a honra, marque a opção **CORRETA**:

- a) A calúnia, a difamação e a injúria atentam contra a chamada honra objetiva;
- b) A calúnia e a difamação atentam contra a honra subjetiva, enquanto a injúria ofende a honra objetiva;
- c) A calúnia e a difamação atentam contra a honra objetiva, enquanto a injúria ofende a honra subjetiva;
- d) A calúnia atenta contra a honra objetiva, enquanto a difamação e a injúria ofendem a honra subjetiva.

21) No que pertence à rixa, em virtude da qual resulta morte de um dos contendores, não se identificando aquele que deu causa ao resultado mais grave, é **CORRETO** afirmar:

- a) Todos responderão por rixa qualificada;
- b) Todos responderão por rixa simples;
- c) Todos responderão por rixa qualificada em concurso com homicídio;
- d) Todos responderão somente por homicídio.

22) A distinção entre **ROUBO PRÓPRIO** e **ROUBO IMPRÓPRIO** é:

- a) No primeiro, o agente exerce violência ou grave ameaça contra pessoa com vistas a assegurar a impunidade ou a posse da coisa subtraída, enquanto no segundo, o agente emprega violência ou grave ameaça para o fim de subtração;
- b) Em ambos o agente emprega violência ou grave ameaça com o fim de subtração;
- c) No primeiro, o agente emprega violência ou grave ameaça com vistas à subtração, enquanto no segundo o agente exerce violência ou grave ameaça com a finalidade de assegurar a impunidade ou a posse da coisa subtraída;
- d) Em ambos o agente emprega violência ou grave ameaça com vistas a assegurar a impunidade ou a posse da coisa subtraída.

23) Sobre a denominada **DELAÇÃO PREMIADA** ou **PRIVILEGIADA** na extorsão mediante seqüestro, configurada no parágrafo 4º do art. 159/CP, por força da Lei 8.072/90, pode-se afirmar, **EXCETO**:

“Art. 159. (...)

“§ 4º Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços”.

- a) Está vinculada à efetiva libertação do seqüestrado, não sendo eficaz, para seu reconhecimento, a mera intencionalidade do agente em conseguir o objetivo não atingido;
- b) Cuida-se de norma penal mais favorável e, portanto, de aplicação retroativa, atingindo,

deste modo, as extorsões mediante seqüestro praticadas antes do advento da Lei 8.072/90;

- c) Trata-se de causa obrigatória de minoração de pena, posto que, comprovado que um dos agentes, mediante sua atuação junto a autoridade, facilitou a devolução do seqüestrado à liberdade, a diminuição prevista se torna cogente;
- d) Deve a delação de um dos concorrentes ser dirigida à autoridade, entendendo-se por esta tão somente o Juiz de Direito, não incidindo a minorante especial, se a cooperação for endereçada a Delegado de Polícia ou Promotor de Justiça.

24) A Lei 9.714, de 25 de novembro de 1998, modificando o elenco de penas restritivas de direitos do Diploma Penal pátrio, trouxe dentre outras alterações as seguintes, **EXCETO**:

- a) Pode haver substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos quando aquela não ultrapassar 04 (quatro) anos;
- b) Todo reincidente poderá, desde que socialmente recomendável a substituição, ter sua pena privativa de liberdade convertida em pena restritiva de direitos;
- c) A prestação de serviços a comunidade ou entidades públicas é aplicada à razão de 01 (uma) hora de tarefa por dia de condenação, podendo o condenado cumpri-la em tempo menor, nunca inferior à metade da pena privativa liberdade, se a pena substituída for superior a 01 (um) ano;
- d) A vítima pode ver-se reparada, ainda que parcialmente, no dano causado pelo delito através da pena de prestação pecuniária.

25) Sobre as causas excludentes da ilicitude, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Haverá estado de necessidade justificante ainda que o bem sacrificado seja mais importante que o bem preservado;
- b) Mesmo quem tem o dever legal de enfrentar o perigo pode agir em estado de necessidade;
- c) Somente lei em sentido formal pode fixar o dever que justifica o estrito cumprimento do dever legal;
- d) Ainda que possível a fuga, poderá haver legítima defesa.

26) Sobre as provas ilícitas no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A prova ilícita que não tiver direta ou indiretamente influído na decisão da causa não acarretará nulidade;
- b) Pela teoria da proporcionalidade, hoje dominante, ainda que ilícita a prova, poderá ela excepcionalmente ter validade se o fato provado for extremamente grave e não houver outro meio de demonstração;
- c) Pela teoria dos frutos da árvore envenenada a obtenção de prova por meio ilícito

- contamina a prova que lhe é derivada, ainda que esta seja produzida de forma regular;
- d) Mesmo a prova ilícita que beneficiar o acusado não será reputada válida.

27) Sobre a competência no processo penal, assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) A competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida, por ser uma garantia constitucional, prevalece sobre qualquer outra, inclusive a determinada por prerrogativa de função pela Constituição Federal;
- b) Ainda que conexas duas infrações, poderá haver separação do processo se o Juiz reputar conveniente por motivo relevante;
- c) A prevenção no processo penal pode ser firmada mesmo antes de oferecida a denúncia;
- d) A continência importa em reunião de processos, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

28) É decisão sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório:

- a) Sentença de absolvição sumária;
- b) Decisão de retratação em recurso em sentido estrito;
- c) Sentença denegatória da ordem de *habeas corpus*;
- d) Decisão de impronúncia.

29) Finda a instrução probatória num processo por crime eleitoral, o MM. Juiz concedeu vista dos autos para apresentação das alegações finais, primeiro para a defesa e depois para a acusação. A defesa requereu, preliminarmente, o reconhecimento de nulidade absoluta por ofensa à garantia constitucional do contraditório, pois deveria ela manifestar-se por último, mas ainda assim, manifestou-se sobre o mérito. Apresentadas as alegações do Ministério Público, o magistrado rejeitou a preliminar da defesa, prolatando sentença de absolvição pelo mérito. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não há que ser declarada a nulidade requerida pela defesa, pois o contraditório no processo penal implica apenas em concessão igualitária de oportunidades, o que houve no caso em apreço;
- b) Com a absolvição de mérito não deveria realmente ser declarada a nulidade, pois apesar de presumido o prejuízo, sua declaração em nada seria proveitosa à defesa;
- c) Por ofender garantia constitucional, a nulidade requerida pela defesa é absoluta, razão pela qual deveria ser declarada, abrindo-se nova vista às partes, primeiro para a acusação;
- d) Ministério Público, por acumular no processo penal as funções de titular do direito de ação e fiscal da aplicação da lei sempre manifesta-se após a defesa.

DIREITO DO TRABALHO

30) São características do procedimento sumaríssimo, **exceto**:

- a) As testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento

- independentemente de intimação;
- b) Não se fará citação por edital;
 - c) aplicação aos dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento;
 - d) divisão da audiência em dias distintos, primeiramente audiência de conciliação e, posteriormente, de instrução e julgamento.

31) Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, com base na CLT, exceto:

- a) embriaguez;
- b) abandono de emprego;
- c) desídia no desempenho das respectivas funções;
- d) violação de segredo da empresa.

32) O prazo para o empregador anotar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado é de:

- a) 24 horas
- b) 36 horas
- c) 48 horas
- d) 72 horas

33) O empregado que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento da reclamação trabalhista, incorrerá na pena de:

- a) preclusão do direito de ação trabalhista, pelo prazo de um mês;
- b) perda de direito de ação trabalhista, pelo prazo de seis meses;
- c) extinção do direito de reclamar;
- d) litigância de má-fé.

34) Sobre salário-utilidade ou “in natura”, marque a opção incorreta:

- a) É a forma de pagamento na qual o empregado recebe em bens econômicos;
- b) Não há limite para tal forma de pagamento, podendo todo o salário ser pago em utilidades;
- c) As parcelas atinentes a vale-refeição, do programa de alimentação aprovado pelo Ministério do Trabalho, não são computadas no salário;
- d) A parcela descontada do empregado a título de vale-transporte de programa oficial do Estado, não tem natureza salarial.

35) Quanto ao menor no Direito do Trabalho, assinale a opção errada:

- a) 16 anos é a idade mínima para o trabalho profissional do menor;
- b) aos 18 anos cessa a menoridade, possibilitando ao trabalhador postular seus direitos trabalhistas, independentemente da assistência de seus representantes legais;

- c) ao menor de 18 anos é lícito, sem assistência de seus responsáveis legais, assinar recibos pelo pagamento dos salários e das verbas oriundas da rescisão do contrato de trabalho.
- d) há proibição ao trabalho do menor em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

36) Relativamente ao salário, assinale a opção incorreta:

- a) quando o pagamento houver sido estipulado por mês, será efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
- b) ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei, acordo ou convenção coletiva;
- c) em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será sempre lícito, sem prejuízo de aplicação também da pena de demissão;
- d) sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

37) No que tange à alteração do contrato de trabalho, assinale a opção errada:

- a) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento.
- b) É lícita a transferência do empregado quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
- c) Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança de seu domicílio.
- d) É lícita a transferência de empregados que exerçam cargos de confiança.

38) São características do Federalismo brasileiro, **exceto**:

- a) a autonomia dos Estados-membros no exercício da competência residual;
- b) a possibilidade de instituição do bicameralismo local;
- c) a repartição de competências legislativas entre a União e os Estados-membros;
- d) o controle direto de constitucionalidade da Constituição Estadual em face da Constituição Federal.

39) Assinale a assertiva **incorreta**:

- a) A intervenção federal efetiva-se por decreto do Presidente da República, nos limites previstos na Constituição Federal.
- b) É permitida a intervenção federal para reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos municípios receitas tributárias fixadas na Constituição Federal.
- c) Os pressupostos de fundo da intervenção federal nos Estados-membros constituem situações críticas que põem em risco a segurança do Estado, o equilíbrio federativo, as finanças estaduais e a estabilidade da ordem constitucional.
- d) Por se tratar de ato de natureza política, a intervenção federal é insuscetível de controle jurisdicional.

40) São cláusulas pétreas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 os dispositivos:

- a) cuja matéria tenha sido objeto de proposta da emenda rejeitada ou havida por prejudicada.
- b) que só podem ser alterados mediante três quintos (3/5) dos votos dos congressistas, em dois turnos.
- c) que só podem ser emendados após referendo popular.
- d) referentes à forma federativa de Estado, aos direitos e garantias individuais e à separação dos Poderes.

41) Assinale a opção **correta**:

- a) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- b) Entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil está a livre manifestação de pensamento, resguardado o direito ao anonimato.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

42) O poder do Estado-membro para elaborar sua Constituição é chamado de poder constituinte:

- a) decorrente.

- b) de revisão.
- c) originário.
- d) reformador.

43) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de, **exceto**:

- a) desapropriação;
- b) fiscalização;
- c) incentivo;
- d) planejamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

44) A cassação constitui modalidade de extinção do ato administrativo fundada no seguinte

motivo:

- a) vício de legalidade na edição do ato;
- b) inconveniência ou inoportunidade de manutenção do ato;
- c) descumprimento de condições do ato por seu destinatário;
- d) superveniência de norma jurídica incompatível com a manutenção do ato.

45) Não é pressuposto concorrente da configuração de inexigibilidade de licitação na contratação de serviços técnico-profissionais especializados:

- a) a exclusividade na prestação do serviço;
- b) a especialização notória do profissional ou empresa;
- c) a natureza singular do serviço;
- d) a contemplação da hipótese concreta no elenco legal de serviços técnicos.

46) Quanto ao regime constitucional do servidor público, é **correto** afirmar:

- a) a lei poderá prever o acesso de estrangeiros aos cargos públicos;
- b) ao servidor municipal ou estadual, ocupante de cargo comissionado, aplica-se, no que couber, as normas do regime previdenciário dos servidores federais;
- c) a disponibilidade, quando determinada de ofício, ocorre com proventos integrais;
- d) o ingresso em emprego público independe de concurso público.

47) Quanto ao regime jurídico das autarquias de, é **incorreto** afirmar:

- a) são pessoas jurídicas de direito público;
- b) são criadas por lei;
- c) são órgãos públicos com autonomia para legislar mediante decretos e resoluções;
- d) são vinculadas à Administração Direta.

48) A responsabilidade objetiva da Administração Pública **não** se aplica:

- a) às pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta;
- b) às sociedades de economia mista;
- c) aos concessionários de serviços públicos;
- d) aos agentes públicos causadores de danos a terceiros.

DIREITO TRIBUTÁRIO

49) Assinale a alternativa **correta**:

- a) a prescrição se interrompe por qualquer ato judicial que constitua em mora o

devedor;

- b) a solidariedade dos condôminos em relação ao IPTU comporta benefício de ordem;
- c) o depósito do montante integral extingue o crédito tributário;
- d) a autoridade administrativa pode rever o lançamento sempre que o desejar.

50) O Estado de Minas Gerais exige uma taxa da Universidade Federal de Minas Gerais, em decorrência de serviço prestado à instituição de ensino.

Tal exigência é:

- a) inconstitucional pois a Universidade Federal de Minas Gerais é imune à tributação;
- b) perfeitamente legal, desde que tenha sido anteriormente prevista em lei;
- c) é ilegal, uma vez que a Universidade Federal de Minas Gerais não é uma pessoa jurídica;
- d) é inconstitucional pois a Universidade Federal de Minas Gerais é uma instituição de ensino de utilidade pública federal.

51) Assinale a alternativa **falsa** com relação aos objetivos de lançamento:

- a) verifica a ocorrência do fato gerador;
- b) calcula o montante do tributo devido e, se for o caso, propõe a penalidade cabível;
- c) identifica o sujeito passivo;
- d) constitui o devedor em mora, somente após findo o processo administrativo.

52) As bases de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana são, respectivamente:

- a) o valor venal e o valor fundiário;
- b) o valor de mercado e o valor fundiário;
- c) o valor fundiário e o venal;
- d) o valor venal e o valor de mercado.

53) O contribuinte do Imposto de Renda retido na fonte é:

- a) a pessoa física ou jurídica que retém imposto;
- b) o titular da disponibilidade ou do rendimento;
- c) qualquer pessoa indicada em ato normativo do Ministério da Fazenda;
- d) responsável pela arrecadação do tributo em todos os casos.

DIREITO INTERNACIONAL

54) São órgãos do Mercosul, dotados de capacidade decisória, de natureza intergovernamental;

- a) Conselho Mercado Comum, grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul;
- b) Grupo Mercado Comum, Comissão de Comércio do Mercosul e a Secretaria Administrativa do Mercosul;
- c) Conselho Mercado Comum, Grupo Mercado Comum e Comissão Parlamentar Conjunta;
- d) Grupo Mercado Comum, Comissão Parlamentar Conjunta e Secretaria Administrativa do Mercosul.

55) Com relação à situação jurídica do estrangeiro em nosso Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de visto de turista gera ao estrangeiro a expectativa de direito de que será admitido no território brasileiro, sendo o mesmo passível de expulsão, caso seja impedido, pelas autoridades competentes, de adentrar no Brasil;
- b) No Brasil é vedado ao estrangeiro, portador de visto de trânsito, o exercício de atividade profissional remunerada no Brasil, sendo o mesmo punido com a extradição, caso haja em desacordo com esta regra;
- c) Ao estrangeiro, com pedido de extradição já formulado, deverá ser concedido imediatamente um salvo conduto para retirar-se em segurança do território nacional. Caso contrário, poderá ficar retido na repartição diplomática por tempo indeterminado;
- d) Ao estrangeiro, portador de visto de turista, é vedado o exercício de atividade profissional remunerada no Brasil, sendo o mesmo punido com a deportação, caso haja em desacordo com esta regra.

56) O programa brasileiro de financiamento das exportações vem sendo discutido no âmbito da OMC- Organização Mundial do Comércio, envolvendo interesses da empresa brasileira EMBRAER e da canadense BOMBARDIER.

Assim, é **errado** afirmar:

- a) que o Canadá tem sustentado que o programa brasileiro de financiamento das exportações tem configurado a prática de subsídio;
- b) que existe, no âmbito da OMC- Organização Mundial do Comércio, um acordo específico sobre subsídios;
- c) que a prática de subsídios também pode ser combatida através de aplicação de medidas compensatórias pelo órgão próprio do país do importador;
- d) que o método de solução de controvérsias da OMC - Organização Mundial do Comércio é judiciário.

57) Neste contexto, é **correto** afirmar:

- a) que, em função da estipulação de foro, o Poder Judiciário brasileiro necessariamente utilizará legislação material brasileira na ação em curso no Brasil;
- b) que o Poder Judiciário italiano utilizará legislação processual italiana na ação em curso na Itália;
- c) que pode ser acolhida alegação de litispendência da Usinor Ltda. Nos autos da ação em curso no Brasil;
- d) que o Poder Judiciário brasileiro deverá extinguir o processo no Brasil, sem julgamento do mérito, por ser incompetente para processar e julgar ação versando sobre contrato internacional de transferência de *Knowhom*, celebrado na Itália.

58) Nas proposições abaixo indique a **incorreta**:

- a) O advogado que renunciar o mandato continuará durante os 30 dias seguintes a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo;
- b) Não há hierarquia nem subordinação entre, advogados, magistrados e nem membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se todos com consideração e respeito recíprocos;
- c) O advogado tem o direito de comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se estiverem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;
- d) O advogado pode ingressar livremente, nas salas e sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.

59) Nas proposições abaixo indique a **incorreta**:

- a) A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento geral;
- b) O advogado inscrito na Seccional de Minas Gerais, poderá exercer livremente a sua advocacia em todo território nacional sem limites de ações;
- c) Cancela-se a inscrição do advogado que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia;
- d) É obrigatório a indicação do nome e do número de inscrição em todos os documentos assinalados pelo advogado, no exercício de sua atividade.

60) Nas proposições abaixo indique a **incorreta**:

- a) Os advogados de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos;
- b) É proibido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, ente outras finalidades, a atividade de advocacia;
- c) O advogado sócio em sociedade de advocacia somente responde pelos danos causados a esta, isento a qualquer outro causado a clientes, cuja responsabilidade é da pessoa jurídica;
- d) O advogado empregado, não está obrigado a prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego.

61) Nas proposições abaixo indique a **incorreta**:

- a) O órgão competente no Conselho Federal para decidir recurso sobre atividade de advocacia e direitos e prerrogativas dos advogados e estagiários é a primeira câmara;
- b) A competência no Conselho Federal para decidir recursos de decisão dos Conselhos Estaduais, sobre ética, deveres do advogado, infrações e sanções disciplinares é da Terceira Câmara;
- c) As representações de advogado contra advogados, envolvendo questões de ética profissional, devem ser encaminhadas ao Tribunal de Ética e Disciplina;
- d) O dever de urbanidade previsto no Código de Ética e Disciplina, impõe ao advogado, lhanza, emprego de linguagem escorreita e polida, esmero e disciplina na execução de serviços.

62) Advogado inscreve-se na Ordem de São Paulo onde ele tem domicílio. Comete infração disciplinar em Uberlândia, neste Estado, onde, eventualmente, advogava. Instaurado o competente processo disciplinar, será julgado pelo (a):

- a) Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados de São Paulo;
- b) Tribunal de ética e Disciplina da Ordem dos Advogados de Minas Gerais;
- c) Comissão de Ética e Disciplina do Conselho Seccional do Estado de São Paulo;
- d) Comissão de Ética e Disciplina do Conselho Seccional de Minas Gerais.

63) Advogado suspenso por três vezes está sujeito ao processo de exclusão do quadro da ordem. Para aplicação da sanção disciplinar de exclusão é necessária a manifestação favorável:

- a) De dois terços (2/3) dos membros. Do Tribunal de Ética competente;
- b) Da maioria dos membros do Conselho Seccional competente;
- c) De dois terços (2/3) do Conselho Seccional competente;
- d) Da maioria dos membros do Tribunal de Ética competente.

GABARITO
PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM

01 - D	21 - A	41 - A
02 - D	22 - C	42 - C
03 - B	23 - D	43 - A
04 - A	24 - B	44 - A
05 - A	25 - D	45 - C
06 - C	26 - D	46 - D
07 - A	27 - A	47 - A
08 - A	28 - A	48 - D
09 - D	29 - B	49 - C
10 - B	30 - D	50 - B
11 - B	31 - A	51 - A
12 - D	32 - C	52 - D

13 - A
14 - C
15 - D
16 - D
17 - B
18 - B
19 - D
20 - C

33 - B
34 - B
35 - C
36 - C
37 - B
38 - D
39 - D
40 - A

53 - D
54 - B
55 - A
56 - B
57 - C
58 - B
59 - B
60 - C